



RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA Nº 07/2025

UNIDADE AUDITADA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
GESTOR	Marcos Fernando Feldhaus
GESTOR DA UNIDADE	Rodrigo Nicaretta

1) LEGISLAÇÃO APLICADA:

- Lei Federal nº 8.429/1992;
- Lei Federal nº 14.230/2021;
- Lei Orgânica do Município de Cláudia;
- Lei Complementar nº 012.2013;
- Outras normas vigentes.

2) ESCOPO DO TRABALHO:

Os trabalhos foram realizados em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao serviço público, objetivando o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência do trabalho.

De acordo com o escopo definido foi verificado os procedimentos de sindicâncias e processos administrativos disciplinares dos anos 2024 e 2025.

Apresentamos os resultados dos exames realizados entre os dias 07 de julho a 25 de agosto de 2025, sobre atos e consequentes fatos de gestão, ocorridos nas Unidades Auditadas da Administração Municipal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

3) RESULTADO DOS TRABALHOS



Com base em elementos de conhecimento prévio sobre a unidade auditada e ainda, considerando o Planejamento Anual de Auditoria da Controladoria do Município, apresenta-se a seguir o resultado dos trabalhos de avaliação dos controles internos.

4) ANÁLISE GERENCIAL

A Administração Pública no desempenho de suas funções deve submeter-se a controles diversos, incluindo os controles que deve exercer sobre seus próprios atos, denominados controles internos. A existência e efetivo funcionamento de sistemas de controles internos nos municípios é uma obrigação estatuída pela Constituição Federal de 1988 (art. 31). A finalidade desses controles é garantir que a administração atue em consonância com princípios constitucionais, como da legalidade e da eficiência, almejando com isso assegurar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a boa qualidade dos serviços prestados à população.

Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo avaliar as informações disponibilizadas e a conformidade dos processos de sindicâncias e a execução dos seus resultados, em relação ao cumprimento das normas de definidas pela Lei Complementar nº 012/2013 (Dispõe sobre o estatuto dos servidores), bem como fornecer subsídios para estruturá-los e/ou aprimorá-los, em busca da melhoria da governança na gestão municipal.

No dia 07 de julho de 2025, a Unidade de Controle Interno encaminhou o Ofício nº 114/2025/UCI à Secretaria de Administração, solicitando a documentação referente aos Procedimentos de Sindicância e aos Processos Administrativos Disciplinares. Em resposta, esta Unidade recebeu, no dia 29 de julho de 2025, o Ofício nº 099/2025/SEMAD, contendo os documentos solicitados, porém com atraso de 14 dias em relação ao prazo estabelecido.

Em 05 de agosto de 2025, a Unidade de Controle Interno emitiu o Ofício nº 135/2025/UCI à Secretaria de Administração, requisitando as pastas dos servidores, referentes aos Procedimentos de Sindicância e aos Processos Administrativos Disciplinares. No dia 07 de agosto, a Unidade de Controle Interno recebeu o Ofício nº 121/2025/SEMAD, contendo a documentação solicitada.

Após a análise das pastas dos servidores que foram penalizados com advertência, constatou-se que em uma delas não constava a respectiva advertência, contudo está servidora não faz mais parte do quadro de servidores do município. Além disso foi verificado se as advertências foram devidamente lançadas no sistema, onde constatou-se que todas elas foram lançadas corretamente.

No dia 07 de agosto, foi expedido Ofício Circular aos membros que integraram as Comissões de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, com a finalidade de solicitar o preenchimento do questionário de avaliação. O documento teve como objetivo



coletar informações e percepções dos participantes, de modo a subsidiar a auditoria interna e contribuir para o aprimoramento dos procedimentos disciplinares no âmbito municipal.

5) ANÁLISE TÉCNICA

Ao analisar as documentações, verificou-se que foram instaurados um total de **10** (dez) Procedimentos de Sindicância e **07** (sete) Processos Administrativos Disciplinares (PADs), no período de janeiro de 2024 até julho de 2025.

Neste mesmo período, foram formalmente finalizados **10** (dez) Procedimentos de Sindicância e **05** (cinco) Processos Administrativos Disciplinares, conforme registros oficiais das Portarias expedidas e encerramentos datados.

Destaca-se que, até o momento, **02** (dois) PADs instaurados em 2025 encontram-se EM ANDAMENTO, sem data de encerramento registrada.

Os Procedimentos de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares (PADs) analisados no período, incluindo os já encerrados e os que ainda permanecem em andamento, apresentaram um tempo médio de tramitação de 101 (cento e um) dias corridos, conforme demonstrado na tabela consolidada. Houve um recuo expressivo em relação à última auditoria, quando a média registrada foi de 318 (trezentos e dezoito) dias. As variações identificadas, entre 7 e 256 dias, decorrem da complexidade e da fase instrutória de cada processo. A redução evidencia maior agilidade na condução das apurações, embora ainda existam casos específicos que demandam prazos mais longos.



SINDICANCIA Nº	DATA DE ABERTURA	DATA DE ENCERRAMENTO	QUANTIDADE DE DIAS DO PROCESSO
001/2024	19/02/2024	19/04/2024	60
002/2024	10/04/2024	10/06/2024	61
003/2024	11/04/2024	10/06/2024	60
004/2024	25/06/2024	02/07/2024	7
005/2024	11/07/2024	28/08/2024	48
006/2024	22/07/2024	04/04/2025	256
007/2024	14/10/2024	26/11/2024	43
008/2024	14/10/2024	18/11/2024	35
009/2024	01/11/2024	23/04/2025	173
001/2025	23/01/2025	26/03/2025	62
PAD 001/2024	09/04/2024	11/10/2024	185
PAD 002/2024	22/07/2024	05/02/2025	198
PAD 003/2024	28/11/2024	06/03/2025	98
PAD 001/2025	18/03/2025	18/07/2025	122
PAD 002/2025*	15/04/2025	25/08/2025	132
PAD 003/2025*	25/04/2025	25/08/2025	122
PAD 004/2025	04/06/2025	23/07/2025	49
MÉDIA			101

***OBSERVAÇÃO** a data 25/08/2025, foi somente para fazer a média pois esses procedimentos ainda estão em andamento e não foram finalizados.

Conforme demonstrado no quadro abaixo, o tempo médio dos Procedimentos de Sindicâncias finalizados nos últimos seis meses foi de 81 (oitenta e um) dias. Esse resultado representa uma redução significativa em relação ao relatório anterior, no qual havia sido registrado um tempo médio de 254 (duzentos e cinquenta e quatro) dias, evidenciando maior celeridade na conclusão das apurações durante o período atual.

SINDICANCIA Nº	DATA DE ABERTURA	DATA DE ENCERRAMENTO	QUANTIDADE DE DIAS DO PROCESSO
001/2024	19/02/2024	19/04/2024	60
002/2024	10/04/2024	10/06/2024	61
003/2024	11/04/2024	10/06/2024	60
004/2024	25/06/2024	02/07/2024	7
005/2024	11/07/2024	28/08/2024	48
006/2024	22/07/2024	04/04/2025	256
007/2024	14/10/2024	26/11/2024	43
008/2024	14/10/2024	18/11/2024	35
009/2024	01/11/2024	23/04/2025	173
001/2025	23/01/2025	26/03/2025	62
MÉDIA			81



Conforme demonstrado no quadro abaixo, o tempo médio dos Processos Administrativos Disciplinares (PADs) alcançou 129 (cento e vinte e nove) dias. Esse resultado representa um aumento em relação à última apuração, quando a média registrada era de 31 (trinta e um) dias, indicando maior tempo de tramitação na presente análise:

PAD Nº	DATA DE ABERTURA	DATA DE ENCERRAMENTO	QUANTIDADE DE DIAS DO PROCESSO
001/2024	09/04/2024	11/10/2024	185
002/2024	22/07/2024	05/02/2025	198
003/2024	28/11/2024	06/03/2025	98
001/2025	18/03/2025	18/07/2025	122
002/2025*	15/04/2025	25/08/2025	132
003/2025*	25/04/2025	25/08/2025	122
004/2025	04/06/2025	23/07/2025	49
MÉDIA			129

***OBSERVAÇÃO** a data 25/08/2025, foi somente para fazer a média pois esses procedimentos ainda estão em andamento e não foram finalizados.

Após verificação, constata-se 02 (dois) procedimentos em andamento que ainda não foram concluídos. O prazo estabelecido para a finalização desses procedimentos é de até 60 (sessenta) dias, com a possibilidade de prorrogação por um período equivalente, de acordo com o disposto no artigo 206, da Lei Complementar nº 012/2013:

“Art. 206: A autoridade julgadora proferirá a sua decisão no prazo de 60 (sessenta) dias prorrogável por igual período, contados do recebimento do processo.

6) ANALISE DOS PROCEDIMENTOS:

• PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA Nº 001/2024:

O presente processo foi instaurado em 19 de fevereiro de 2024, nos termos da Portaria nº 001/2024/SEMAD, com o objetivo de apurar a possível responsabilidade administrativa da servidora M.J.T.

Concluída a instrução processual, a comissão responsável emitiu parecer opinando pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à referida servidora. O procedimento foi formalmente encerrado em 19 de abril de 2024, totalizando 60 dias corridos de tramitação.



- **PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA Nº 002/2024:**

O processo foi instaurado no dia 10 de abril de 2024, através da Portaria nº 004/2024/SEMAD, apuração de possível responsabilidade sobre discussão ocorrida com a servidora F.S. na Secretária de Obras.

Ao analisar o procedimento, verificou-se que o procedimento foi finalizado no dia 10 de junho de 2024, sendo que foram 61 (sessenta e um) dias, para a sua conclusão. Conforme a conclusão dos trabalhos, a comissão opinou pela ADVERTÊNCIA.

- **PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA Nº 003/2024:**

O presente processo foi instaurado em 10 de abril de 2024, por meio da Portaria nº 005/2024/SEMAD, com a finalidade de apurar a possível responsabilidade administrativa do servidor E.T.M. .

Concluída a instrução, a comissão designada opinou pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA ao servidor. O processo foi encerrado em 10 de junho de 2024, totalizando 61 dias corridos de tramitação.

- **PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA Nº 004/2024:**

Instaurado em 25 de junho de 2024, conforme Portaria nº 009/2024/SEMAD, teve como objeto a apuração de fatos envolvendo a servidora S.A.S. .

Após análise, a comissão concluiu pela necessidade de abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD). O procedimento foi encerrado em 2 de julho de 2024, com tramitação total de 7 dias.

- **PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA Nº 005/2024:**

Instaurado em 11 de julho de 2024, nos termos da Portaria nº 010/2024/SEMAD, teve por objetivo apurar possíveis responsabilidades das servidoras M.A.S, S.G.S e R.V.S. . Ao final da instrução, não foram identificadas irregularidades que justificassem penalidade, resultando no ARQUIVAMENTO do feito. O processo foi encerrado em 28 de agosto de 2024, com duração total de 48 dias corridos.

- **PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA Nº 006/2024:**



Foi instaurado em 22 de julho de 2024 por meio da Portaria nº 013/2024/SEMAD, visando apurar a conduta do servidor A.C.S. .

Após a instrução processual, a comissão concluiu pelo ARQUIVAMENTO, uma vez que não houve elementos suficientes para responsabilização. O processo foi encerrado em 04 de abril de 2025, totalizando 256 dias de tramitação.

- **PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA Nº 007/2024:**

Instaurado por meio da Portaria nº 016/2024/SEMAD, em 14 de outubro de 2024, o processo teve por objeto apuração de responsabilidade sobre multa relacionada ao CREA.

Após a análise, foi convertido em Processo Administrativo Disciplinar. O processo foi encerrado em 26 de novembro de 2024, totalizando 43 dias de tramitação. Consta registro de DANO AO ERÁRIO.

- **PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA Nº 008/2024:**

Instaurado em 14 de outubro de 2024 por meio da Portaria nº 017/2024/SEMAD, o presente procedimento teve como investigado o servidor João Carlos Moraes. A comissão concluiu pela abertura de Processo Administrativo Disciplinar. O encerramento ocorreu em 18 de novembro de 2024, com duração de 35 dias. Consta DANO AO ERÁRIO.

- **PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA Nº 009/2024:**

Instaurado em 01 de novembro de 2024, por meio da Portaria nº 017/2024/SEMAD, o processo teve como objeto a apuração de possíveis irregularidades em processo seletivo. Ao final, a comissão recomendou abertura de PAD. O processo foi encerrado em 23 de abril de 2025, totalizando 173 dias de tramitação.

- **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) Nº 001/2024:**

Instaurado em 09 de abril de 2024 por meio da Portaria nº 003/2024/SEMAD, o presente PAD teve por objeto a apuração de conduta do servidor D.A.C.S. .

Concluída a instrução processual, a comissão opinou pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO de 20 dias. O processo foi encerrado em 11 de outubro de 2024, com duração total de 185 dias.



- **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) Nº 002/2024:**

O presente processo foi instaurado em 22 de julho de 2024, nos termos da Portaria nº 012/2024/SEMAD, tendo como parte investigada a servidora S.A.S. .

Encerrada a fase instrutória, não se evidenciou responsabilidade administrativa, sendo o feito ARQUIVADO. O encerramento ocorreu em 05 de fevereiro de 2025, totalizando 198 dias.

- **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) Nº 003/2024:**

Instaurado em 28 de novembro de 2024, por meio da Portaria nº 022/2024/SEMAD, o processo teve como investigado o servidor J.C.M. .

Concluída a instrução, a comissão opinou pela penalidade de SUSPENSÃO e DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. O processo foi encerrado em 06 de março de 2025, totalizando 98 dias. Houve DANO AO ERÁRIO.

- **PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA Nº 001/2025:**

O processo foi instaurado em 23 de janeiro de 2025, nos termos da Portaria nº 002/2025/SEMAD, visando apurar os fatos relacionados ao acidente envolvendo o servidor W.H.L. .

A comissão concluiu pelo ARQUIVAMENTO, não tendo identificado responsabilidade funcional. O processo foi encerrado em 26 de março de 2025, com 62 dias de tramitação.

- **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) Nº 001/2025:**

Instaurado em 18 de março de 2025 por meio da Portaria nº 005/2025/SEMAD, o PAD teve por objeto a apuração de responsabilidade da servidora E.N.A., relacionado ao procedimento de sindicância nº 007/2024.

Concluída a instrução, a comissão opinou pelo ARQUIVAMENTO. O processo foi encerrado em 18 de julho de 2025, com tramitação de 122 dias. Houve DANO AO ERÁRIO.

- **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) Nº 002/2025:**

Instaurado em 15 de abril de 2025, por meio da Portaria nº 002/2025/SEMAD, o processo tem como investigado o servidor D.A.C.S. .



O processo encontra-se EM ANDAMENTO, sem data de encerramento registrada até o momento.

- **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) Nº 003/2025:**

Instaurado em 25 de abril de 2025 por meio da Portaria nº 008/2025/SEMAD, tem como parte o servidor J.C.M. .

O processo ainda está EM ANDAMENTO e sem previsão de encerramento. Consta registro de DANO AO ERÁRIO.

- **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) Nº 004/2025:**

Instaurado em 04 de junho de 2025, conforme Portaria nº 010/2025/SEMAD, o processo investigou conduta da servidora A.T.S.S., relacionado ao procedimento de sindicância nº 007/2024.

Concluída a instrução sem elementos suficientes para responsabilização, a comissão recomendou o ARQUIVAMENTO. O processo foi encerrado em 23 de julho de 2025, com 49 dias de tramitação. Houve DANO AO ERÁRIO.

7) Questionário - Relatório Estatístico

A Unidade de Controle Interno, promoveu a aplicação de questionário junto aos membros que participaram de Comissões de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares (PADs). O levantamento teve por finalidade avaliar o nível de conformidade, identificar fragilidades e levantar percepções sobre a condução dos procedimentos disciplinares no âmbito municipal.

O período de coleta abrangeu o ano de **2025**, reunindo um total de **22 respostas válidas**. As entrevistas foram organizadas em blocos de questões **múltipla escolha, binárias e abertas**, permitindo tanto a mensuração quantitativa de práticas administrativas quanto a captura de percepções qualitativas sobre dificuldades e propostas de melhoria.

A seguir apresentamos os resultados consolidados, destacando indicadores estatísticos, pontos críticos e sugestões recorrentes, servindo como instrumento de apoio à tomada de decisão e ao fortalecimento dos mecanismos de controle, transparência e responsabilização administrativa.

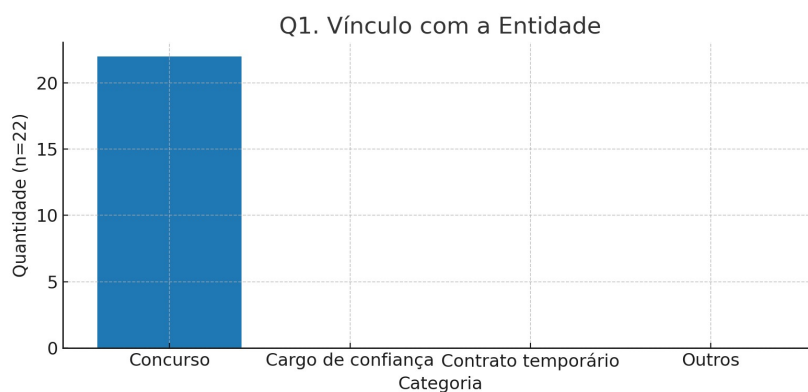
7.1) Metodologia



Leitura integral de 22 formulários padronizados. Q1 (múltipla escolha); Q2–Q12 e Q15–Q21 (binárias); Q13–Q14 (abertas). Resultados em contagem absoluta e percentuais sobre n=22.

7.2) 2. Perfil dos respondentes (Q1)

- Concurso: 22
- Cargo de confiança: 0
- Contrato temporário: 0
- Outros: 0



7.3) 3. Resultados por questão

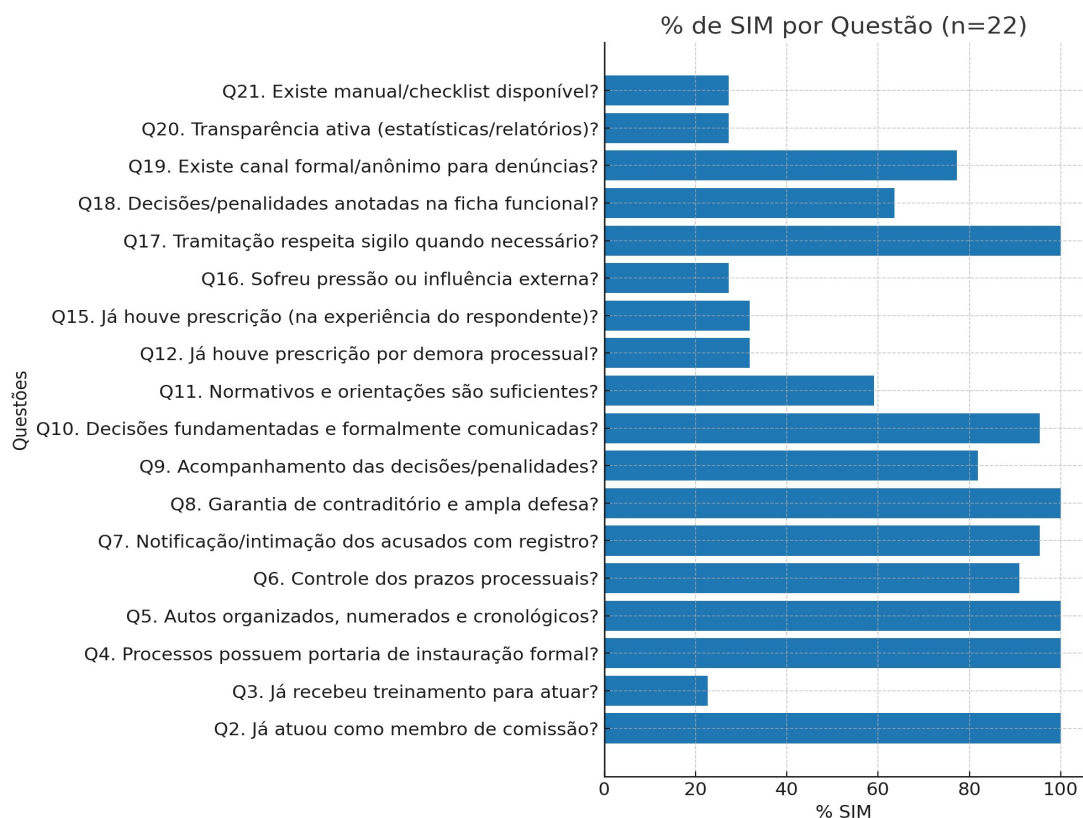
	SIM	NÃO	NS/NR	% SIM	% NÃO
Q2. Já atuou como membro de comissão?	22	0	0	100.0	0.0
Q3. Já recebeu treinamento para atuar?	5	17	0	22.7	77.3
Q4. Processos possuem portaria de instauração formal?	22	0	0	100.0	0.0
Q5. Autos organizados, numerados e cronológicos?	22	0	0	100.0	0.0
Q6. Controle dos	20	2	0	90.9	9.1



prazos processuais?					
Q7. Notificação/intimação dos acusados com registro?	21	1	0	95.5	4.5
Q8. Garantia de contraditório e ampla defesa?	22	0	0	100.0	0.0
Q9. Acompanhamento das decisões/penalidades?	18	4	0	81.8	18.2
Q10. Decisões fundamentadas e formalmente comunicadas?	21	1	0	95.5	4.5
Q11. Normativos e orientações são suficientes?	13	9	0	59.1	40.9
Q12. Já houve prescrição por demora processual?	7	15	0	31.8	68.2
Q15. Já houve prescrição (na experiência do respondente)?	7	15	0	31.8	68.2
Q16. Sofreu pressão ou influência externa?	6	16	0	27.3	72.7
Q17. Tramitação respeita sigilo quando necessário?	22	0	0	100.0	0.0
Q18. Decisões/penalidades anotadas na ficha funcional?	14	8	0	63.6	36.4



Q19. Existe canal formal/anônimo para denúncias?	17	5	0	77.3	22.7
Q20. Transparência ativa (estatísticas/relatórios)?	6	16	0	27.3	72.7
Q21. Existe manual/checklist disponível?	6	16	0	27.3	72.7



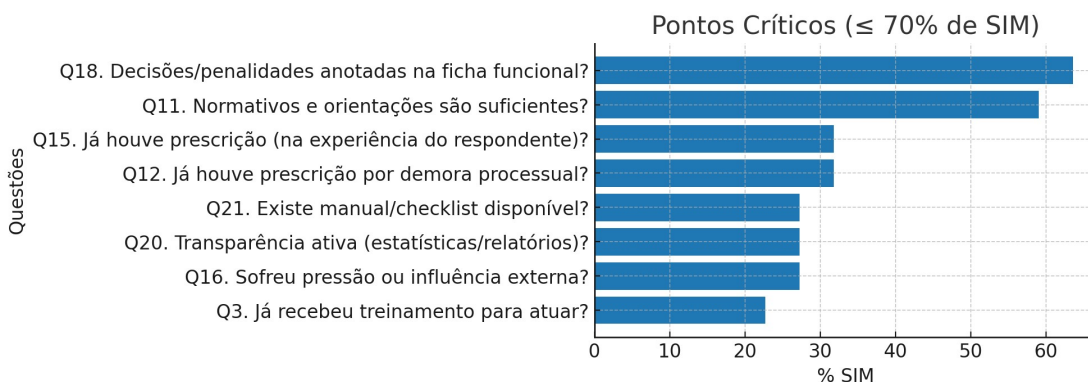
7.4) 4. Pontos críticos (≤ 70% de SIM)

a) Q3. Já recebeu treinamento para atuar? 22.7% SIM

b) Q16. Sofreu pressão ou influência externa? 27.3% SIM



- c) Q20. Transparência ativa (estatísticas/relatórios)? 27.3% SIM
- d) Q21. Existe manual/checklist disponível? 27.3% SIM
- e) Q12. Já houve prescrição por demora processual? 31.8% SIM
- f) Q15. Já houve prescrição (na experiência do respondente)? 31.8% SIM
- g) Q11. Normativos e orientações são suficientes? 59.1% SIM
- h) Q18. Decisões/penalidades anotadas na ficha funcional? 63.6% SIM



7.5) 5. Questões abertas – Síntese

a) Q13. Pontos críticos/dificuldades citados:

- Falta de capacitação e padronização (manual/checklist ausente).
- Fragilidade no controle de prazos (morosidade em despachos/decisões).
- Logística e acúmulo de funções dos membros de comissão.
- Resistência de áreas e atrasos em fornecer informações.
- Pressões pontuais (externas) sobre o andamento dos processos.

b) Q14. Sugestões de melhoria citadas:

- Programa anual de capacitação em sindicância/PAD.
- Manual institucional e checklists padronizados (minutas e fluxo).
- Controle eletrônico dos prazos e fases (planilha/sistema).



- Transparência ativa com estatísticas periódicas.
- Acompanhamento da execução das penalidades (registro em ficha).

7.6) Conclusões sobre o questionário

A análise das entrevistas evidenciou que a capacitação dos membros das comissões ainda constitui o principal gargalo, apenas 5 dos 22 participantes relataram ter recebido algum tipo de treinamento específico para atuar em sindicâncias e PADs. Esse dado reforça a necessidade de estruturar um programa contínuo de formação técnica, capaz de uniformizar entendimentos e garantir maior segurança jurídica nos procedimentos.

Por outro lado, observou-se como ponto positivo a formalização e a organização documental dos processos, com portarias de instauração emitidas regularmente e autos devidamente organizados, numerados e cronologicamente estruturados. Esse aspecto demonstra comprometimento com os requisitos formais exigidos pela legislação.

Apesar desses avanços, ainda persiste a necessidade de aprimorar o controle de prazos processuais e assegurar o efetivo cumprimento e acompanhamento das decisões e penalidades aplicadas. A morosidade em determinadas fases contribui para riscos de prescrição e fragiliza a efetividade do processo disciplinar.

Por fim, destaca-se a importância da institucionalização de instrumentos de apoio, como manuais e checklists padronizados, que possam orientar os membros das comissões em cada etapa do procedimento. Também se mostra essencial garantir o registro formal das penalidades nas fichas funcionais, assegurando rastreabilidade e efetividade das decisões administrativas.

8) Recomendações

- I) **Disponibilizar cópias das penalidades aplicadas aos servidores** em suas respectivas pastas funcionais no Departamento de Recursos Humanos, ainda que tais servidores não façam mais parte do quadro municipal, garantindo rastreabilidade e transparência nos registros administrativos.
- II) Requerer que as comissões de sindicância e PADs atuem com pertinência, observando rigorosamente os prazos legais previstos no Estatuto dos Servidores (LC nº 012/2013), evitando paralisações indevidas dos procedimentos, sob pena de responsabilização por eventual inércia.
- III) Elaborar normas e procedimentos internos que estabeleçam diretrizes, critérios e protocolos formais para a condução de sindicâncias e processos administrativos



disciplinares, visando padronizar os trabalhos e assegurar maior eficiência na atuação das comissões processantes.

- IV) Instituir uma Comissão Permanente de Sindicâncias e PADs, com membros designados de forma estável, a fim de facilitar a capacitação contínua, garantir maior especialização dos servidores e assegurar uniformidade na condução dos processos.
- V) Capacitar periodicamente os servidores designados para compor a Comissão Permanente, promovendo treinamentos, oficinas e orientações técnicas que aprimorem a qualidade das apurações e garantam maior segurança jurídica às decisões.
- VI) Determinar que as comissões revisem cuidadosamente os documentos e relatórios emitidos, com atenção especial às datas e registros, tendo em vista que foram identificadas inconsistências em alguns processos analisados.
- VII) Solicitar ao Prefeito Municipal de Cláudia, senhor **Marcos Fernando Feldhaus**, que no prazo de **10 (dez) dias úteis** manifeste-se sobre os achados, conclusões e recomendações apresentadas nesta auditoria, em atendimento aos princípios da legalidade, eficiência e controle administrativo.

8. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA

O Prefeito Municipal de Cláudia, Sr. Marcos Fernando Feldhaus, juntamente com o Secretário Municipal de Administração, Sr. Rodrigo Nicaretta, encaminharam o Ofício nº 269/2025/GAB em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria nº 07/2025/UCI.

Na manifestação, os gestores reconheceram como pontos positivos a redução expressiva no tempo médio de tramitação das sindicâncias e a regularidade formal dos processos instaurados. Da mesma forma, admitiram as fragilidades apontadas pela Unidade de Controle Interno, como a insuficiência de capacitação dos membros das comissões processantes, a ausência de manual padronizado, a necessidade de maior rigor no controle de prazos processuais, as lacunas nos registros das penalidades em fichas funcionais e as limitações de transparência ativa.

Quanto às providências, destacaram-se:

- determinação ao Departamento de Recursos Humanos para inserção das penalidades aplicadas nas pastas funcionais;
- orientação às comissões sobre a observância rigorosa dos prazos legais;
- elaboração de manual de procedimentos com fluxos e checklists padronizados;



- início de capacitações específicas para a futura Comissão Permanente;
- encaminhamento de minuta de Lei Complementar para instituir a Comissão Permanente de Sindicâncias e PADs, juntamente com atualização do Estatuto dos Servidores;
- estudo para avaliar a viabilidade de implantação de sistema eletrônico de controle de prazos e decisões.

9. ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO

Compete ao controle interno avaliar não apenas a legalidade, mas também a eficiência, integridade e efetividade dos atos administrativos. No caso em exame, a manifestação do Prefeito e do Secretário demonstra acolhimento integral das recomendações formuladas pela UCI e o compromisso de corrigi-las com medidas concretas.

A determinação para registrar penalidades em pastas funcionais e a criação de uma Comissão Permanente são avanços que fortalecem a rastreabilidade e a especialização no tratamento das sindicâncias e PADs. A elaboração de manual padronizado e o investimento em capacitação contínua são iniciativas que corrigem os principais gargalos identificados (falta de uniformidade, prazos e insegurança jurídica). Já o estudo para implantação de sistema eletrônico de acompanhamento de prazos representa boa prática de modernização administrativa.

Dessa forma, verifica-se que a Administração reconheceu os achados de forma transparente, assumiu compromissos claros de correção e sinalizou disposição em fortalecer a governança disciplinar. Cabe à UCI, no entanto, acompanhar de forma sistemática a execução dessas medidas, certificando-se de que sejam implementadas no prazo e com os resultados esperados.

10. CONCLUSÃO FINAL

O Relatório Preliminar de Auditoria nº 07/2025 identificou avanços importantes, como a redução do tempo médio de tramitação das sindicâncias (de 318 para 101 dias, com destaque para a média de 81 dias nos últimos seis meses), mas também apontou aumento na média de duração dos PADs (de 31 para 129 dias), bem como fragilidades relacionadas à capacitação, padronização e registros.

A manifestação do Prefeito e do Secretário, por meio do Ofício nº 269/2025/GAB, evidencia o reconhecimento integral dessas fragilidades e o compromisso em adotar medidas corretivas, incluindo: registro das penalidades nas fichas funcionais, elaboração de manual de procedimentos, capacitação contínua dos membros de comissão, instituição de Comissão Permanente e estudo para sistema eletrônico de prazos.



Assim, conclui-se que as irregularidades e fragilidades levantadas foram devidamente reconhecidas pela Administração, restando à Unidade de Controle Interno o papel de monitorar a efetiva implementação das medidas anunciadas. Este acompanhamento será fundamental para consolidar as melhorias propostas, garantindo maior segurança jurídica, transparência e eficiência nos processos administrativos disciplinares do Município de Cláudia.

No mais, lembramos que a Auditoria Interna deve ser sempre entendida como uma atividade de assessoramento à Administração, de caráter essencialmente preventivo, destinada a agregar valor e a melhorar as operações da Prefeitura Municipal de Cláudia - MT, assistindo-a na consecução de seus objetivos mediante uma abordagem sistemática e disciplinada, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle interno.

É o Relatório da Unidade de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Cláudia - MT.

Cláudia/MT, 25 de setembro de 2025.

(ASSINADO DIGITALMENTE)
EDUARDO FONTANA
CONTROLADOR INTERNO
PORTARIA 146/2016